



RELATÓRIO E CONTAS

2007

Relatório da Actividade e Contas de 2007

1 - A realidade do País

Do ponto de vista sociológico, o ano de 2007 foi para os portugueses um ano melancólico, sem perspectivas dignas do futuro risonho que todos desejamos. Na verdade, há um profundo desencanto que, apesar do êxito financeiro que é o combate ao défice das contas públicas, se vai instalando na sociedade portuguesa.

Tendo em conta que o PIB na UE, em 2007, cresceu 2,6%, relativamente ao ano anterior, que importância tem o facto do nosso PIB ter crescido 1,9%? Não é verdade que, pelo sétimo ano consecutivo, Portugal continua a divergir da média europeia?

Mais: que, devido à fragilidade da nossa economia em criar novos postos de trabalho, a taxa do desemprego se mantém alta e bem acima dos 8%, o que já não acontecia há mais de vinte anos?

Ou ainda, que o rendimento "per capita" dos portugueses é o mais baixo ou, se isso nos der algum consolo, o segundo mais baixo da UE a 27 países? Que, ligado a esse facto, o endividamento das famílias portuguesas é hoje muito elevado e deveras preocupante?

2 - A situação da Banca

A crise do mercado imobiliário ou do crédito hipotecário de alto risco norte-americano, surgida a meio do ano de 2007, tem vindo a afectar o sector financeiro mundial. A sua dimensão nos EUA é tão preocupante que já levou a Reserva Federal a baixar as taxas de juro preferenciais e a proceder a algumas injeções de meios líquidos para combater a inerente escassez financeira verificada. Na Europa há bancos muito expostos a tal fenómeno, mormente no Reino Unido, França e Espanha. Em Portugal a Banca e Seguros tem evidenciado alguma imunidade a essa crise financeira. Porém, paradoxalmente ou talvez não, o maior reflexo da crise reflecte-se no sector económico, a começar pelas nossas exportações e no investimento.

Concretamente, a Banca Portuguesa evidenciou em 2007, aferindo-a pelos resultados apresentados, a solidez a que já nos habituou. Apesar da "crise dinástica" no BCP, as instituições bancárias e nomeadamente a CGD, apresentaram rácios e resultados até acima das expectativas dos especialistas.

Todavia, como vem acontecendo, de há anos a esta parte, o saudável estado económico-financeiro dos bancos não tem qualquer reflexo positivo nas tabelas salariais praticadas no sector. Com efeito, os bancos cada vez mais privilegiam uma política salarial alicerçada em remunerações complementares, fixas ou variáveis, onde a remuneração inerente à tabela salarial tem cada vez menos peso no valor mensal recebido.

Sendo este Sindicato defensor da avaliação do mérito evidenciado pelos profissionais da Banca não pode, todavia, pactuar com critérios de avaliação opacos e tantas vezes sinónimos de execráveis compadrios. Do mesmo modo, não se aceita que sejam pagas verdadeiras fortunas a detentores de cargos de administração, com isso cavando um fosso cada vez mais pronunciado entre os bancários de ambiente climatizado ou asséptico e os colegas que sofrem o calor dos objectivos inatingíveis e o contacto com os clientes exigentes, cada vez menos tolerantes ou compreensivos e, por via disso, menos fidelizados.

Ainda no sector bancário ocorreu um acontecimento verdadeiramente histórico. Envolvendo a maioria dos bancos portugueses (exceptuam-se a CGD e o Millennium BCP) e os dois sindicatos independentes do sector bancário, celebrou-se um acordo colectivo de trabalho que contempla a integração na Segurança Social dos novos bancários admitidos a partir de uma futura data e cria um fundo de pensões aberto de contribuição definida (sobre a remuneração mensal incide 1,5% a cargo das Instituições de Crédito e 1,5% a cargo dos trabalhadores) gerando com isso uma nova filosofia de gestão dos recursos humanos na Banca, nomeadamente, facilitando a mobilidade no Sector, bem como para fora e para dentro do mesmo.

3 - A actividade do Sindicato

3.1 – Evolução Económico-Social

Tudo o que referimos em 2006 mantém plena actualidade em 2007. Desde o excelente crescimento do número de sócios (14.500, no fim de Dezembro de 2007), até à inaceitável e unilateral política de alguns dos maiores bancos portugueses que pretendem aumentar os seus lucros, o que naturalmente se aceita, também – e de forma autoritária – à custa da contenção e até, se possível, diminuindo a massa salarial dos que vivem exclusivamente do seu trabalho, o que, obviamente, não podemos aceitar. Com efeito, ao reduzir o perímetro das remunerações, ou seja, a base de incidência dos descontos referentes às quotizações para o Sindicato e contribuições para os SAMS, os bancos até podem disponibilizar um maior salário líquido para os seus trabalhadores, mas estão a hipotecar a sua saúde ao asfixiarem financeiramente os seus

sindicatos, que são os gestores dos SAMS. Temos feito todos os esforços para combater esta prática insidiosa, sem êxito aparente, para já.

O Sindicato não deixará de levar estas questões até às assembleias gerais de accionistas dos bancos infractores. Esse facto é possível pela nossa política de aquisição em devido tempo de acções dos Bancos cotados no PSI-20.

Em última instância compete aos tribunais o julgamento das acções já intentadas contra alguns bancos (BES e Santander, principalmente) e a intentar contra outros quando for achado pertinente.

Igualmente, o Sindicato chamou a atenção pública para o caso do IRS sobre as pensões dos reformados que auferem mais de seiscentos euros. Temos utilizado as mesas das negociações para sensibilizar as administrações das Instituições de Crédito para este pungente drama humano dos nossos ex-colegas de profissão. A grande maioria dos sócios deste Sindicato viu em 2007 a sua pensão ainda mais encurtada.

Finalmente, refira-se com a devida ênfase, que em Novembro de 2007, se realizaram as eleições para os Corpos Sociais do Sindicato. Precedido de um prévio anúncio e muito alargado o prazo para a entrega de listas eventualmente concorrentes, o acto cívico acabou por realizar-se com uma única lista, proposta pelos actuais Corpos Sociais, o que há muitos anos não acontecia.

3.2 – Evolução Financeira

O aumento das tabelas de comparticipações dos SAMS/QUADROS, em Maio de 2006, teve o seu impacto global em 2007. É uma das razões para a verificada diminuição do resultado líquido do exercício.

Reflectindo essa medida a taxa de cobertura dos custos da assistência na doença (SAMS) pelas respectivas contribuições evoluiu, no triénio de 2005 a 2007, como se segue:

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|
| Custos (x) | 23.817,8 | 24.959,9 | 28.489,1 |
| Contribuições (xx) | 25.789,7 | 26.953,4 | 29.505,0 |
| Rácio | 0,9235 | 0,9260 | 0,9655 |

(x) (xx) expressos na unidade milhar de euro.

A análise pertinente leva-nos a concluir que as contribuições recebidas são de forma crescente aplicadas:

- Nos custos de saúde dos sócios e seus agregados familiares;
- Que a margem dos SAMS/QUADROS é cada vez menor;
- Que os custos de funcionamento exclusivo dos SAMS/QUADROS são cada vez mais suportados pelo Sindicato (quotizações e outras receitas sindicais).

Outra razão do decréscimo do resultado líquido é a actuação, anteriormente mencionada, de alguns bancos.

Por outro lado, é evidente que o contínuo aumento dos custos dos actos médicos praticados pelos estabelecimentos hospitalares públicos é a terceira razão e certamente não a menor.

Vejamos a evolução verificada de alguns indicadores, em 2007:

Balanço

Variações Patrimoniais (%)

| Activo | 2006 | Tendência | 2007 | Tendência |
|------------------------------|-------|-----------|-------|-----------|
| Imobilizado Corpóreo | 25,5% | ↗ | 0,6% | ↗ |
| Imobilizado Financeiro | 6,9% | ↗ | 7,9% | ↘ |
| Imobilizado Líquido Total | 13,5% | ↗ | 4,8% | ↘ |
| Dívidas de Terceiros | 1,9% | ↘ | 12,0% | ↗ |
| Capital ou Activo Circulante | 6,7% | ↘ | 2,5% | ↗ |
| Activo Líquido Total | 2,5% | ↗ | 1,0% | ↘ |
| Passivo + Situação Líquida | 2006 | | 2007 | |
| Reservas + Resultados | 3,9% | ↗ | 1,6% | ↘ |
| Passivo | 0,1% | ↘ | 0,2% | ↗ |

Proveitos, Custos e Resultados

Variações Relativas (%)

| Proveitos, Custos e Resultados | 2006 | Tendência | 2007 | Tendência |
|-----------------------------------|----------|-----------|-------|-----------|
| Receitas Operacionais | 4,5% | ↗ | 9,4% | ↗ |
| Custos { | SAMS | ↗ | 14,1% | ↗ |
| | FPA | ↘ | 16,0% | ↗ |
| | Sindical | ↗ | 30,8% | ↘ |
| Custos Operacionais | 5,6% | ↗ | 12,8% | ↗ |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 20,2% | ↗ | 8,3% | ↗ |
| Custos com o Pessoal | 10,7% | ↗ | 7,8% | ↗ |
| Resultados Operacionais | 14,4% | ↘ | 72,7% | ↘ |
| Resultados Financeiros | 48,8% | ↗ | 26,9% | ↗ |
| Resultados Correntes | 4,8% | ↘ | 48,8% | ↘ |
| Resultados Líquidos | 6,7% | ↘ | 52,3% | ↘ |

Contrariando a evolução crescente dos custos operacionais há a salientar a agradável evolução dos impostos pagos (conta 63 do POC) decorrentes do nosso contrato com a Vitória – Seguros de Saúde, S.A. Esta evolução positiva só foi possível por uma deliberada e assumida política de aplicação directa das participações pelos nossos serviços dos SAMS/QUADROS.

Há ainda a salientar como factor muito positivo, o aumento dos nossos resultados financeiros que, concorrendo com os resultados operacionais originaram resultados correntes mais significativos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Reunida a Direcção e no uso das suas competências estatutárias, avaliado o resultado líquido do exercício no valor de 750.348,08 €, delibera propor as seguintes aplicações:

| Proposta de Aplicação de Resultados | 2007 |
|--|-------------------|
| Reserva Legal | 100.000,00 |
| Reserva Especial de Greve | 100.000,00 |
| Reserva para Garantia de Benefícios | 300.000,00 |
| Reserva Especial de Investimento | 200.000,00 |
| Resultados Transitados | 50.348,08 |
| Total | 750.348,08 |

Lisboa, 25 de Março de 2008

A DIRECÇÃO

Afonso Pires Diz

João da Rocha Oliveira e Silva

Maria Cesaltina Henriques

Dário Alves Águia

Joaquim Gomes da Costa

Rui Daniel Rodrigues de Freitas Sousa

Francisco José D'Almada Burguete

António José Andrade da Silva Vale

José Manuel Mendes Gonçalves